

# **HISTÓRIA, MEMÓRIA E SUJEITO: a narrativa histórica e as reapropriações do sujeito**

Marcelo de Sousa Neto  
(Universidade Estadual do Piauí)

Resumo: Nas últimas décadas, o estudo biográfico tem sofrido uma renovação, despertando a atenção de pesquisadores para o estudo do sujeito como possibilidade de pesquisa e tessitura da narrativa histórica. Seguindo essa trilha, propõe-se, no presente escrito, discutir sobre as reapropriações, pela narrativa histórica, das imagens produzidas acerca de Padre Marcos de Araújo Costa, um dos mais importantes políticos do Norte do Império, na primeira metade do século XIX, todavia, lembrado pela historiografia, sobretudo, por seu trabalho como educador. Entende-se, no entanto, que essa memória construída pela historiografia piauiense sobre o Padre como “benemérito educador” não dá conta da complexidade de sua atuação social e política. Esta memória (re)criada, que fabrica e difunde a história sobre esse sujeito, representa uma produção marcada pelo lugar social de seus produtores que, por meio de biografias e crônicas, criaram uma memória escrita que concentra suas discussões apenas no caráter educacional de Padre Marcos. Essa produção construiu uma memória que desloca o referido sujeito da complexidade que o circundou ao criar, pela história narrada, um espaço de ficção que, mais que descrever, realiza um movimento que (re)cria o sujeito como educador. Esse conhecimento produzido sobre Padre Marcos foi capaz de construir, na narrativa, uma memória que se transmitiu a outros escritos, transformando espaços, atribuindo valores e significados diferentes aos da trajetória por ele percorrida. Portanto, refletir acerca de Padre Marcos, sua atuação política e educacional, bem como das maneiras construídas pela historiografia piauiense para representá-lo e inscrevê-lo como um dos mais proeminentes educadores do século XIX, representam os objetos de análises do presente estudo, que utiliza como suporte teórico os estudos de Michel de Certeau e de Jacques Revel.

Palavras-chave: História; Memória; Narrativa; Piauí; Século XIX.

Abstract: In recent decades, the biographical study has undergone a renovation and drew the attention of researchers to study the subject as possible and research fabric of historical narrative. Following this path, it's proposed, in present study, discuss about the reapropriations, by the historical narrative, the images produced about Priest Marcos de Araújo Costa, one of the most important politicians of Northern Empire, in the first half of the nineteenth century, however, remembered by history, especially for his work as educator. It's believed, however, that memory built by Piauiense historiography about Priest as "meritorious educator" does not contemplate the complexity of his social and political activity. This memory (re) created, which manufactures and distributes a story on this subject, represents a production marked by the social position of their producers, through biographies and chronicles, have created a memory writing that their discussions focused only on the educational character of Priest Marcos. This production has built a memorial that displaces the subject of such complexity that the circled to create, for storytelling, an area of fiction that, rather than describe, perform a movement to (re)creates the subject as an educator. This knowledge produced about Priest Marcos was able to build in the narrative, a memoir that is transmitted to other writings, turning spaces, assigning different values and meanings to the path traveled. So think about Priest Marcos, political and educational activity, as well as the ways constructed by Piauiense historiography to represent him and insert him as one of the most prominent educators of the nineteenth century, constitute the objects of analyzing of this study, which uses as theoretical bases the studies by Michel de Certeau and Jacques Revel.

Keywords: History; Memory; Narrative; Piauí; Century XIX.

Desde as últimas décadas do século XX, o estudo biográfico tem sofrido uma renovação, o que não pode ser confundido com o retorno da biografia, pois os trabalhos biográficos factuais e lineares não desapareceram das produções historiográficas. Falar, assim, em retorno da biografia histórica seria reconhecer seu desaparecimento em certo momento, o que não ocorreu. No entanto, a partir dos anos oitenta do século XX, com as discussões ligadas às histórias de vida, a biografia voltou a ocupar os interesses de pesquisadores de uma forma mais sistematizada e enfática, quando se intensificaram os ensaios sobre os problemas teórico-metodológicos que envolviam o gênero biográfico, entendendo-o como um instrumento da pesquisa histórica (BORGES, 2001).

Esse crescente interesse acerca da pesquisa biográfica tem produzido importantes contribuições por meio de uma “redução de escalas”, aproximando-se dos sujeitos, na qual se relaciona o individual e o social, refletindo acerca da interdependência constituída entre eles. Desse modo, tomando por referência o estudo biográfico, o presente trabalho analisa as reapropriações, pela narrativa historiográfica, das imagens produzidas acerca de Padre Marcos de Araújo Costa que, dos sertões piauienses, representou um dos mais importantes políticos do Norte do Império brasileiro na primeira metade do século XIX, entretanto, lembrado pela historiografia, sobretudo por seu trabalho como educador.

Figura de grande prestígio social, Padre Marcos fez parte de importante rede de poder local, no qual o estudo de seus vínculos familiares e atuação política ajudam a revelar muito da sociedade em que viveu. Entretanto, a historiografia produzida sobre o Piauí criou uma memória sobre o Padre de “benemérito educador” que não dá conta da complexidade de sua atuação social e política.

Esta memória (re)criada que fabrica a história sobre o Padre, alicerçada em biografias e crônicas, resultaram em uma narrativa escrita que concentra suas discussões apenas em um Padre educador, e que encontra como ponto inaugural os escritos, de 1839, do botânico inglês George Gardner (1975). Este, primeiro de seus biógrafos, minimiza sua atuação como artífice político e como religioso, ressaltando apenas sua importância como educador.

Para refletir sobre esta memória (re)criada, capaz de fabricar o “Padre educador”, utilizou-se escritos a seu respeito cuja essência é marcada pela apologia. Desta forma, Certeau (2004) muito auxilia no entendimento de como esta produção construiu uma memória que desloca o referido sujeito da complexidade que o circunda. Portanto, acredita-se que esta produção historiográfica encontra-se marcada pelo lugar social de seus criadores, articulada

com o presente de quem escreveu e com as relações de poder que permearam os escritos. Encontra-se, sob este ponto de vista, submetida a opressões, ligadas a privilégios, enraizadas em particularidades, sendo “em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos” (CERTEAU, 1995).

Procurou-se, ainda nos valendo de Certeau, esboçar a “topografia de interesses” que marcaram a produção historiográfica a respeito de Padre Marcos. Dessa forma, mais uma vez apropriando-se de categorias preciosas a Certeau (2004), entende-se que a produção escrita sobre o Padre não se ajusta o máximo possível a uma ‘realidade’ (uma operação técnica), dando credibilidade ao texto pelo ‘real’ que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção que, mais que descrever, realiza um golpe, um movimento que (re)cria o sujeito como “benemérito educador”, renascido entre o lembrado e o esquecido. Assim, este conhecimento produzido sobre Padre Marcos foi capaz de construir, na narrativa, uma memória que se transmitiu a outros escritos, transformando espaços, atribuindo valores e significados diferentes aos da trajetória por ele percorrida.

Não se trata aqui de negar a existência do “Padre educador”, mas de perceber como esta face eclipsou o “Padre político” e o “Padre religioso”, uma vez que a historiografia não somente guarda uma forte memória do educador, como a ressalta frente às demais, embora seja significativa a documentação que apresenta uma ativa participação de Padre Marcos como político e como religioso. Desse modo, os relatos a seu respeito representam um conteúdo, mas representam também um desvio do passado, no qual o discurso caracteriza-se menos pela maneira de se exercer e mais pela coisa que mostra, produzindo efeitos a seu respeito e não objetos (CERTEAU, 2004).

As imagens que a historiografia guarda de Padre Marcos foram produzidas pelos relatos de seus biógrafos e cronistas. São estas imagens vivas, imagens que se alteram, pois, como alerta Halbwachs, “nunca a imagem de um falecido se imobiliza. À medida em que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, se é, segundo condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela” (1990, p. 74). Com este entendimento, os biógrafos e cronistas de Padre Marcos assumiram a função, mesmo que de forma involuntária, de fornecer os trilhamentos da memória que encaminharam a história em direção ao Padre educador.

Essa construção da memória em relação ao Padre como educador não atende a uma fórmula de antemão traçada, uma vez que na prática a “memória não possui uma organização

já pronta na qual ela apenas se encaixaria, mas se mobiliza conforme a ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro” (CERTEAU, 2004, p. 162), pois o seu conteúdo, mesmo móvel, é seu, porém a forma é estabelecida por uma circunstância estranha, que é mobilizada por uma alteração, uma *ruptura instauradora*. Assim, a memória que se construiu sobre o “Padre educador”, aguardou apenas a mediação do momento oportuno para produzir esta *ruptura instauradora*, e neste gesto equilibrista, o relato não se contenta em dizer um movimento, pois não se adequa ao real, mas exprime uma prática fabricando o real que se acredita ter existido.

No que se refere a Padre Marcos, pode-se encontrar uma *ruptura instauradora* nos escritos do botânico inglês George Gardner (1975), primeiro a escrever sobre o Padre e único entre seus biógrafos a conviver com ele.

Gardner, em 1839, visita a Fazenda de Boa Esperança, onde também funcionava a escola de mesmo nome, de propriedade de Padre Marcos. Neste período, a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) indica uma severa crise na Instrução Pública da Província, resultado das dificuldades de provimento e mesmo o abandono de muitas Cadeiras de Instrução por parte de seus professores.

Este abandono resultou, por um lado, dos baixos salários pagos ao magistério. Por outro, encontra ressonância na convulsão provocada na Província pela Balaiada, que se alastrava pelo Piauí, em um período marcado também por grande déficit fiscal, resultado da queda da arrecadação dos tributos cobrados sobre a principal fonte de receita, o gado vacum e cavalar, e as despesas a que se via a Província obrigada a custear para fazer funcionar uma força armada de mais de 3.000 homens. Estas despesas exauriram os cofres públicos, fazendo paralisar-se boa parte da máquina administrativa, inclusive a Instrução Pública.

Além disso, como informava o Presidente, o então Barão da Parnaíba,

o estado de agitação da Província tem obrigado a muitos dos Professores a trocarem a fécula pelo fuzil, e em lugar de lecionarem os seus discípulos, dão bem importante lição aos que se esqueceram dos deveres, que lhes foram ensinados na infância. (PIAUI. APEPI. 1835-1843)

Neste mesmo período, Boa Esperança firmava-se, para toda a Província, como a principal escola de Primeiras Letras e de Instrução Secundária, uma vez que a documentação primária silencia quanto a sua amplitude e importância em período anterior à Balaiada<sup>1</sup>.

Desse modo, frente às dificuldades por que passava a Instrução Pública em fins da década de 1830, o trabalho desenvolvido pelo Padre ganha a visibilidade e o reconhecimento de toda a Província. Boa Esperança, distante das influências e movimentações balaias e

provida por um dos mais respeitados intelectuais piauienses do século XIX, consolida-se como a maior e mais importante escola de Primeiras Letras e de Instrução Secundária da Província.

Mas faz-se importante destacar que nos escritos de Gardner somente o trabalho de Padre Marcos como educador recebeu destaque, minimizando-se a atuação do clérigo como artífice político e como religioso. Entretanto, isto não se deu sem motivo, uma vez Gardner valorizar o “Padre educador” por ter conhecido apenas esta faceta de Padre Marcos.

Sua passagem por Boa Esperança foi demasiadamente curta e em um momento em que Padre Marcos, contando na época com 59 anos, prendia boa parte de sua atenção à sua Escola mesmo sem, contudo, encontrar-se alheio à vida política e social da Província. Seu envolvimento com a vida política pode ser observado ao se verificar que no ano de sua morte, 1850, tendo 72 anos, era vice-presidenta da Província, no governo de José Antonio Saraiva, presidente que pouco mais de um ano depois, transferiu a capital da Província de Oeiras para Teresina<sup>2</sup>.

Montenegro alerta que “a construção de uma memória segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo as margens que o tempo lhe ofereceu, outras vezes rompendo os limites e ocupando vastos territórios” (MONTENEGRO, 204, p. 309). No caso de Padre Marcos, a construção de sua memória ganhou importantes trilhas nos oito dias de convívio com George Gardner que, por meio de seus escritos, “talhou” profundas marcas na imagem que a historiografia guardou a seu respeito. Como estrangeiro “civilizador”, Gardner teria “legítimas prerrogativas” para estabelecer quem era Padre Marcos – intelectual, filantropo, amável, educador – e assim o fez, como também o fez com Manoel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba – descrito como déspota, rude, desagradável, deficiente de sentimentos morais –, o primeiro sendo construído como quase o antônimo do segundo.

Gardner, no entanto, atribuía valores europeus a uma situação diversa. Se por um lado, o Padre, mais afeito aos hábitos e costumes europeus, causou-lhe uma boa impressão, por outro, causou-lhe estranheza a rudez e vestuário de Sousa Martins, “indivíduo cujo nome é o mais celebre que o de qualquer outro no norte do Brasil” (GARDNER, 1975, p. 124). Gardner não percebeu que os significados eram diversos, os símbolos outros, em região em que eram escassos símbolos visíveis de poder, pois a terra era o grande referencial e todos sabiam quem era o dono da terra e dos meios de produção.

Após os escritos de Gardner, em obras posteriores sobre Padre Marcos, observa-se uma continuidade dos argumentos – inclusive reportando-se a trechos literais de seu texto – nos quais se destacam a imagem do “Padre educador”, tão preciosa na análise do viajante.

Cria-se dessa maneira uma memória que permeará os diversos escritos sobre Padre Marcos.

Entre estes, destacam-se os escritos de Lopes Sobrinho (1955, 1972 e 1980); Tito Filho (1973); Soares Filho (1994); Castelo Branco, M. (1879); Chaves, (1994); Ferro (1996 e 1999); Nunes (1975); Castelo Branco, H. (1999); Brito, A. (1922); Brandão, W. (1997); Neves (1997); Costa (1974); Brito, I. (1996); Pinheiro Filho (1997); Gonçalves (2003), Sousa (1955), Franco (1977); Dias (2008); Nunes (1998) e Falci (1991). Estes estudiosos, entre os quais estão intelectuais, professores, clérigos, políticos, funcionários públicos, de seus locais de fala – os espaços dos institutos e academias – fixaram uma imagem de Padre Marcos centrada, sobretudo, em seu trabalho como educador, a exemplo do que fez Gardner. Entretanto essas falas não dão conta da complexidade das relações em que se inseriu Padre Marcos, uma vez ter este ultrapassado esses limites.

Tome-se, por exemplo, o texto de Castelo Branco que, em ordem cronológica apresenta o primeiro estudo a respeito de Padre Marcos seguindo a trilha deixada por Gardner. Neste texto, o autor também ressalta suas virtudes como educador, deixando a um segundo plano sua atuação como político ou como religioso. Retoma os argumentos da filantropia do Padre e sua preocupação com a instrução dos jovens, destacando que ele “recebia e desveladamente instruía um grande número de mancebos, filhos do Piauí e doutras províncias, aos quais, ricos ou pobres, ele também fornecia alimento preciso, sem perceber nenhuma remuneração pecuniária!” (CASTELO BRANCO, 1879. p. 135). Diz ainda que “o seu crédito era tal, que os atestados ou certificados de habilitação que ele assinava para os seus alunos, eram documentos irrecusáveis nas academias do Império” (CASTELO BRANCO, 1879, p. 136).

Esta mesma trilha é seguida por outros escritos, que em um jogo de luzes e sombras, iluminam o Padre educador e deixam na penumbra outras faces também pertencentes a este, como a do fazendeiro, escravocrata e chefe familiar.

Apenas Nunes (1975) e Wilson Brandão (1997), ao valorizarem também a dimensão do político, apresentam um sujeito mais amplo, ensaiando uma ruptura da memória de apenas educador construída sobre Padre Marcos.

O primeiro, tendo balizado seus escritos prioritariamente em documentos oficiais pertencentes à Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), apresenta o Padre registrado nestes documentos, ou seja, o Padre também membro da administração pública provincial, embora volte a debruçar-se sobre o Padre educador, ressaltando “a iniciativa notável” da escola de Boa Esperança, na qual “ministrou gratuitamente ensino primário, secundário e moral a seus alunos” (NUNES, 1975, p. 48).

Já o segundo interessado no legislativo piauiense, apresenta o Padre em sua trajetória política no Conselho de Governo, no Conselho Provincial e na Assembleia Provincial, que representa apenas parcela de sua atuação pública, valorizando uma dimensão da vida do Padre até então minimizada, a dimensão da vida política e seus desdobramentos. Mesmo assim, Brandão não consegue se desvencilhar completamente do educador, ao afirmar que o Padre é “acima de tudo, o professor, patrono do magistério piauiense” (BRANDÃO, 1997, p. 65).

Em geral, os escritos acerca de Padre Marcos apresentam-se em capítulos ou em passagens em obras que o enfocam periféricamente, não enquanto objeto central. Apenas Lopes Sobrinho (1955) e Castelo Branco (1998) escreveram obras inteiramente dedicadas à sua trajetória. Entretanto, mesmo tocando em outras dimensões dos espaços percorridos pelo Padre, mais uma vez concentram seus esforços em sua atuação como educador.

No texto de Lopes Sobrinho, mesmo com o auspicioso subtítulo de “um missionário do bem”, termina por apresentar que o seu maior trabalho missionário refere-se a “um verdadeiro apostolado cívico ao magistério; fundando um colégio” em uma busca pela “eucaristia do pensamento” (LOPES SOBRINHO, 1955, p. 10).

Já no texto de Castelo Branco, encontra-se um esforço maior na busca dos múltiplos espaços ocupados pelo Padre, o que é sinalizado no subtítulo da obra – o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil. No entanto, mais uma vez sobraçai-se a figura do educador “que adotou a Casa Grande da Fazenda de Boa Esperança para um colégio de internato e dedicou-se inteiramente à instrução e educação da juventude” (CASTELO BRANCO, 1998, p. 30).

Um ponto a ser observado entre os diversos estudos sobre Padre Marcos, é que estes levam a crer que somente ele “emprestava” seu prestígio à Escola. No entanto, esquecem de destacar que a relação entre o Padre e a escola de Boa Esperança constituiu-se em um movimento de troca. Se em um primeiro momento, o poder e prestígio do Padre foram necessários ou úteis para a aceitação e consolidação da Escola, restrito, sobretudo aos

membros da rede familiar em que se inseria, com o tempo esta passou a ser também matriz de poder e prestígio do Padre, quando representantes das mais diversas redes familiares passaram a buscar Boa Esperança para oferecerem aos seus filhos ensino formal, tão importante ao ingresso no corpo administrativo da Província.

Ainda no que diz respeito aos escritos de Gardner sobre Padre Marcos, estes funcionaram como um *lugar de memória* (NORA, 1981) inventariando e organizando parte do que deveria ser lembrado sobre o Padre, sendo reiteradas vezes repetido por seus biógrafos e cronistas, fixando a imagem que se guardou a seu respeito na historiografia.

Sendo precursor entre os interpretes de Padre Marcos, Gardner serve de referência a estes, não economizando elogios ao caráter e às ações do Padre, sobretudo no referente à estima pelo ensino e suas ações como educador.

Além disso, os escritos de Gardner assumem uma função quase que dogmática no que se refere à história de Padre Marcos e sua Boa Esperança. Tomemos por ilustração um parágrafo do texto de Gardner:

O padre Marcos de Araújo Costa é bem conhecido em todo o norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição, qualidades que vi amplamente confirmadas durante os oito dias em que passei em sua casa. Se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação. É surpreendente a atividade deste ancião de mais de sessenta anos e não o é menos a sua filantropia. (GARDNER, 1975, p. 117)

Este mesmo parágrafo, de forma literal, adaptada ou ainda acrescida, encontra-se, quase que de forma obrigatória reproduzido, nos escritos de Anísio Brito (1922), Itamar Brito (1996), Homero Castelo Branco (1999), Chaves (1994), Ferro (1996), Gonçalves (2003), Lopes Sobrinho (1955), Odilon Nunes (1975), Pinheiro Filho (1997), Tito Filho (1973), Paulo Nunes (1998) e Falci (1991).

Desta feita, por meio de seu texto, Gardner inaugurou uma memória escrita sobre Padre Marcos que fixou na historiografia a imagem que se guardou a seu respeito como “benemérito educador”. Imagem esta reproduzida nos escritos posteriores mesmo sendo significativa, como já frisado, a documentação primária que dá vazão de um sujeito mais complexo e que percorreu os mais diversos espaços da vida política e social piauiense.

Verificar sobre Padre Marcos uma longa e ampla trajetória, que não se esgota no educador, não representa tarefa impossível. Basta, para tanto, acompanhar alguns registros em documentação conservada na APEPI.

Entre estes documentos, o primeiro registro de função pública desempenhada por Padre Marcos, data de 16 de agosto de 1824, quando é instalado o Conselho de Governo da Província, assumindo a vice-presidência do Conselho e vice-presidência da Província. Este Conselho governou o Piauí até o dia 13 de fevereiro de 1829.

Ainda em 1824, a 20 de setembro, tomou lugar entre os membros da Junta Defensiva da Província, em movimento de resistência aos revolucionários da Confederação do Equador. Foi designado a conter os insurretos na vila de Valença, última barreira antes da Capital Oeiras, contra a influência do movimento em Campo Maior, vila esta controlada pelos revolucionários.

Em 1829, como vice-presidente da Província, deveria assumir a função de Presidente por afastamento do titular, o Barão da Parnaíba. No entanto, recusa o encargo alegando motivos de saúde (NUNES, 1975). Transfere o cargo, então, a seu irmão Inácio Francisco de Araújo Costa. Foi ainda membro do Conselho Geral da Província (1829/33). No mesmo período, em 1830, foi também eleito 1º suplente de deputado do Piauí na Assembleia Geral Legislativa, mas, ao ser convocado para assumir cadeira de titular no Rio de Janeiro não aceitou o mandato, mais uma vez alegando motivos pessoais. Eleito também deputado da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial (1835/37), foi reeleito para o período seguinte (1838/39), não assumindo o segundo mandato (COSTA, 1974).

Posteriormente, em atendimento a Lei do Império nº 40, de 03 de outubro de 1834, foi indicado pela Assembleia Provincial, em lista sêxtupla de cidadãos, para ocupar o cargo de vice-presidente da Província no biênio 1839/40, 2º vice-presidente no biênio 1841/42 e novamente vice-presidente para o biênio 1849/50<sup>3</sup>.

Com a instalação da Vila de Jaicós em 1834, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal da vila, cargo que desempenhará até 1848. Em Jaicós, foi ainda vigário de Matriz da Vila (1837/50). Convidado pelo Bispo da prelazia do Maranhão (a quem o Piauí era subordinado), Dom Marcos Antonio de Sousa, para ser Vigário-Geral do Piauí, rejeitou o convite. Neste último caso em particular, considera-se um gesto coerente com suas convicções políticas e religiosas, por ter sido Padre Marcos um dos grandes arautos da causa de criação de um Bispado no Piauí, pedido negado pelo mesmo Dom Marcos (MELO, 1993, p. 123). Além disso, em 1829, a pedido do próprio Padre, o Conselho Provincial solicita por petição a prelazia do Maranhão que se desse ao Vigário Geral do Piauí os poderes que comumente são conferidos a estas autoridades eclesiásticas, como a faculdade de dispensar impedimentos matrimoniais (PIAUI. APEPI. 1829-1831), pedido que não obteve resposta.

Desta feita, seria no mínimo um gesto incoerente aceitar um cargo subordinado ao bispado maranhense e ainda com uma função que considerava meramente decorativa, a qual tanto reunira esforços para combater.

Ao se observar as linhas gerais dos espaços públicos ocupados por Padre Marcos, se verifica uma trajetória política das mais significativas na Província. Ocupou diversos cargos de relevo, o que causa estranheza a reiterada afirmação de que Padre Marcos “fugia” de cargos de mando, como salientou Castelo Branco (1998) e Chaves. Este último chega a afirmar que “cargo de mando nunca os exerceu. Fugia deles não por irresponsabilidade, mas porque achava que sua missão era outra e os cargos deviam ficar para os civis e os militares mais preparados do que ele para exercê-los” (CHAVES, 1998, p. 34). Talvez esta análise se deva, mais uma vez, a propensão de seguir aos fios deixados por Gardner, que não seu escrito a sua atuação política.

Mas também se faz importante destacar que se Padre Marcos rejeitou algumas funções públicas e religiosas importantes, por outro lado, não se afastou em instante algum de Boa Esperança e de alguma função pública, sobretudo a presidência da Câmara da vila de Jaicós, importante centro comercial e rota de passagem para o Rio de Janeiro a para províncias ao sul do Piauí. Como salienta Gardner, a fazenda de Boa Esperança era “o primeiro pouso na estrada para Oeiras, capital provincial” (GARDNER, 1975, p. 117).

No que diz respeito à importância da presidência da Câmara de Jaicós, deve ser lembrado que desde o período colonial as Câmaras Municipais representaram um espaço de exercício de poder das redes familiares e potentados locais. Apesar de seu enfraquecimento desde meados do século XVIII, propiciado por Portugal como uma forma de limitar a força destes grupos locais (GRAHAN, 1997), não se pode esquecer de que estas conservaram ainda boa parcela de seu prestígio durante o Império (QUEIROZ, 1976).

Entretanto, durante a Regência, tanto Liberais quanto Conservadores concordavam com a necessidade de se limitar ainda mais a autonomia das Câmaras Municipais. Com o Ato Adicional, convocaram-se eleições para Assembleias Provinciais que retiravam poderes e subordinavam as Câmaras. Esta medida cria uma relação de dependência entre a localidade e o governo provincial, atrelando as Câmaras Municipais às Assembleias Provinciais (DOLHNIKOFF, 2003). Mas, isto também representa uma relação de troca, uma vez as Assembleias constituem-se em um novo espaço de exercício de poder dos grupos familiares e líderes locais que outrora ocupavam apenas as Câmaras e que os deputados eleitos mantinham forte vínculo de dependência com poderes locais que ainda perpassavam pelas Câmaras.

Desta forma, o aparente enfraquecimento das Câmaras no Império significou seu extravasamento para toda a Província, uma vez que mesmo com o surgimento de um grupo de políticos profissionais, sua sustentação ainda se dava ao nível local e ao grupo familiar.

Na prática, as Câmaras mesmo limitadas pelas Assembleias, sua sustentação continuava nas mãos dos senhores rurais, que continuavam lutando por seu poder mandatário, apesar de seu absenteísmo (QUEIROZ, 1976).

Assim, as Câmaras Municipais guardavam uma relação muito próxima com o funcionamento das Províncias e foi do local privilegiado da presidência da Câmara de Jaicós – e mesmo de dentro da própria Assembleia Provincial – que Padre Marcos acompanhou de muito perto a vida política do Piauí, dispondo de grande prestígio, sobretudo em suas parcelas centro-sul da Província.

Deve também ser ressaltado que Padre Marcos contava com importantes aliados em Oeiras – entre estes seu primo, Manoel de Sousa Martins; seu irmão, Inácio Francisco de Araújo Costa; e, mais tarde, seu filho adotivo Marcos Antonio de Macedo – que lhe possibilitavam alguma autonomia e tranquilidade em relação ao governo provincial e, em contrapartida, recebiam o apoio do Padre em sua região de domínio. Domínio este também pautado em seu poder econômico, como um grande possuidor de bens, terras e escravos, das quais Boa Esperança, apesar de ser uma das maiores fazendas de gado do “Norte” do país, representava apenas uma de suas propriedades, na qual “pastavam mais de cinco mil cabeças de gado e centenas de carneiros” (GARDNER, 1975, 116).

Mas a ênfase na memória de Padre Marcos como educador recebeu ainda uma última e significativa marca, que serviu de epíteto para alguns de seus biógrafos e cronistas. Em mensagem à Assembleia Legislativa Provincial, pela passagem da morte do Padre, o então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, afirmou:

É hoje nenhum o ensino particular. A morte do Reverendíssimo P. Marcos de Araújo Costa, fechou as portas da única casa de educação, que possuía esta Província.  
Era ela sustentada a custa do virtuoso sacerdote, do benemérito cidadão, cujo nome acima pronunciei, e cujo passamento encheu de dor todos os corações Piauienses. (APEPI, 1851, p. 17-18)

Além de destacar a contribuição de Padre Marcos para a educação, o texto associa a sua morte à falência da instrução na Província, o que, mesmo considerando seu uso semântico, representa um engano, uma vez que a Instrução no Piauí enfrentava desafios e

dificuldades mesmo durante a existência da escola de Boa Esperança e continuou a enfrentá-los depois de seu fechamento.

Por fim, buscou-se neste escrito (re)apresentar Padre Marcos como um sujeito complexo que, com diversas faces, ocupou diferentes espaços da vida social do Piauí da primeira metade do século XIX, mas, minimizado pela historiografia que o construiu como apenas um “benemérito educador” que apenas “esbarrou” na vida política da Província.

Em movimento contrário, observa-se que o Padre “benemérito educador” somente foi possível graças ao Padre político, ao Padre das redes familiares e das fazendas de gado, ao Padre da Igreja e de tantos outros espaços que ocupou, assumindo sua Escola papel central na construção destas diferentes faces.

Não se quer dizer, com isso, que Boa Esperança não teve significado ou importância para a instrução formal. Pelo contrário, o trabalho de Padre Marcos foi um dos grandes responsáveis por criar no Piauí uma tradição escolar, um cotidiano de ensino, que ajudou a pressionar para a criação de novas Cadeiras de Instrução Pública.

Esta tradição escolar, mesmo com trôpegos passos, resistiu ao fim da escola de Boa Esperança. No entanto, a morte do Padre pôs fim a peregrinação do homem e iniciou, pela narrativa histórica, a criação do mito.

## REFERÊNCIAS

### **Documentos**

PIAUI. APEPI. *Ata do Conselho Geral da Província do Piauí*, de 12 de Junho de 1829. 1829-1831.

PIAUI. APEPI. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembleia Provincial de 1840*. Registro de Correspondência da Assembleia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. *Relatório do Presidente da Província*, Dr. José Antonio Saraiva, a Assembleia legislativa provincial, em 3 de julho. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851.

PIAUI. APEPI. *Relatório do Presidente da Província*, Dr. José Antonio Saraiva, a Assembleia legislativa provincial, em 3 de julho. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851, p. 17-18.

## Bibliografia Referida

BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário histórico geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)Sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2001.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História do poder legislativo na província do Piauí*. Teresina: Grafiset, 1997.

BRITO, Anísio. *A instrução publica no Piauí*. Teresina: Sociedade auxiliadora da instrução-papelaria piauiense, 1922.

BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

CASTELO BRANCO, Homero. *O padre Marcos: o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil*. Padre Marcos; Gráfica e Editora do Povo, 1998.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos*. Teresina: s/ed., 1879.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, vol. I, 2004.

\_\_\_\_\_. A operação histórica. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1994.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Artenova, Vol.II, 1974.

DIAS, Cid de Castro. *Piauí: das origens à nova capital*. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda., 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. – São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

FALCI, Miridan Britto Knox. *A criança na Província do Piauí*. Teresina: APL, 1991.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

\_\_\_\_\_. Marcos de Araújo Costa. In: FAVERO, M. de L de A. e BRITO, J. de M. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil*. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 1999.

FRANCO, José Patrício. *O Município no Piauí: 1761 a 1961*. Teresina: COMEPI, 1977.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Das afasias à interpretação dos sonhos. In: *Introdução à meta psicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

MELO, Cláudio. *Piauí: diocese e província eclesiástica*. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. IN: GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo, 1981.

NUNES, Manuel Paulo. *Tradição e invenção: discursos acadêmicos*. Nova série, Teresina: Projeto Petrônio Portela: FUNDEC, 1998.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 4 v., 1975.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Halley, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOARES FILHO, Antonio Reinaldo; COSTA, Padre Marcos de Araújo. *Cadernos de Teresina*. Ano VIII, n. 16, Teresina, Abril, 1994.

SOBRINHO, Fernando Lopes. *Enquanto as trevas não chegam... .* Teresina: COMEPI, 1980.

\_\_\_\_\_. Padre Marcos de Araújo Costa. Teresina: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Piauiense*. (3) Ano 54 – Novembro, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*. Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1955.

SOUSA, Luiz Antonio de. Os grandes piauienses. In: *Revista Panópolia*. n. 1, Ano II, Janeiro de 1955,

TITO FILHO, José de A. *Esmaragdo de Freitas, homens e episódios*. Teresina: COMEPI, 1973.

---

<sup>1</sup> Deve-se, entretanto, alertar que o trabalho educacional em Boa Esperança é bem anterior ao final da década de 1830, e anterior mesmo ao próprio Padre, ao ser lembrado que seu pai já ensinava as primeiras letras a alguns alunos em Boa Esperança antes mesmo de 1820.

<sup>2</sup> Cf.: BASTOS (1994), Padre Marcos foi um dos grandes responsáveis pela criação da Vila de Jaicós (criada por decreto de 06 de Julho de 1832, instalada em 21 de fevereiro de 1834) e documentos do Arquivo Público do Estado do Piauí indicam que este foi Presidente da Câmara Municipal da Vila desde a sua instalação, em 1834, ao ano de sua morte, em 1850. Foi também Vigário da Matriz de N. S. das Mercês, de 1837 a 1850, igreja que concorreu com recursos para a sua construção.

<sup>3</sup> Cf.: DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In.: JANCÓS, István. (org). Brasil – Formação do Estado e da Nação. São Paulo, Ijuí: FAPESP, 2003. Por meio de resolução da Assembleia Geral de 1841, alterou-se a forma de escolha do vice-presidente das Províncias. De responsabilidade das Assembleias Províncias, passam a ser de competência também do Imperador, juntamente com a escolha dos presidentes, o que para a autora representou duro golpe na autonomia das Províncias.